

REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL

Nº 57 – OUT-DEZ/2006

Doutrina Nacional

1.1 A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no Direito Constitucional brasileiro – INGO WOLFGANG SARLET

1.2 O voto como direito fundamental republicano – ROBERTO ROSAS

1.3 O processo constitucional no Direito Estrangeiro: o direito da resistência e a desobediência civil – MARIA GARCIA

1.4 A convergência dos sistemas de controle de constitucionalidade: aspectos processuais e institucionais – ROGER STIEFELMANN LEAL

1.5 Processo constitucional e democracia: exemplos ibero-americanos – CARLOS BASTIDE HORBACH

1.6 Processo constitucional no Brasil. Nova composição do STF e mutação constitucional – JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR

1.7 A arbitragem e a Constituição – LEON FREJDA SZKLAROWSKY

1.8 Restrição de direitos fundamentais e segurança pública: uma análise penal – constitucional – VINICIUS DINIZ VIZZOTTO

1.9 Coisa julgada inconstitucional: relativizando a “relativização” – GLAUCO SALOMÃO LEITE

1.10 Democracia e o direito de oposição política – LILIAN MÁRCIA BALMANT EMERIQUE

1.11 Espécies de leis complementares: uma crítica – SERGIO REGINALDO BACHA

1.12 Súmula do Supremo Tribunal Federal: natureza e interpretação – FERNANDO DIAS MENEZES DE ALMEIDA

1.13 A constituição como acoplamento estrutural entre os sistemas jurídico e político e uma abordagem autopoietica do direito – FRANCISCA MATTOS

2. Doutrina Internacional

2.1 “ El derecho a um Tribunal independente e imparcial (art. 6.1 del Convenio Europeo de Derechos Humanos)” – JAVIER GARCIA ROCA e JOSÉ MIGUEL VIDAL ZAPATERO

2.2 Constituição, relações internacionais e prevalência dos direitos humanos –PIETRO DE JESÚS LORA ALARCÓN

2.3 Análise da discriminação inversa frente ao princípio da proibição de discriminação em razão da nacionalidade no Direito Comunitário Europeu – CHRISTIANE BERNARDES DE CARVALHO MELLO

3. JURISPRUDÊNCIA NA ÍNTEGRA

3.1 Supremo Tribunal Federal

3.1.1 Magistratura — Competência legislativa — Lei complementar estadual — Diploma normativo que prevê hipótese de pena de demissão a magistrado em razão de procedimento incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções, além de estabelecer procedimentos para apuração de faltas e aplicação de penalidades, bem como para a decretação de remoção ou disponibilidade compulsórias — Inconstitucionalidade — Matéria reservada ao Estatuto da Magistratura — Inteligência do art. 93, caput, da CF-ADIn 3.227-5/MG — Sessão Plenária—j. 26.04.2006 - rel. Min. GILMAR MENDES

4. Resenha bibliográfica

4.1 A Constituição como mito: o mito como discurso legitimador da Constituição – FÁBIO NADAL. São Paulo: Método, 2006 – resenha por MILENA CARLA AZZOLINI PEREIRA

Chamadas para o n°. 58

1. Neo constitucionalismo e constitucionalização do Direito. (o triunfo tardio do Direito Constitucional no Brasil) – LUIS ROBERTO BARROSO

2. As agências reguladoras e os princípios constitucionais – MARCOS JURUEMA VILLELA SOUTO.